



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

PROCESSO Nº 12666/2005/001/2005/2006

AUTUADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRA

REFERÊNCIA: Recurso à CNR/COPAM

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer uma infração tipificada no art. 19, §1º, item 2 e no §3º, item 6 ambos do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, ou seja, por *"deixar de atender a deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo art. 2º da referida Deliberação"* e por *"causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto - lixo"*.

Em razão da autuação foi aplicada as penalidades de multas no valor de R\$251,00 e R\$10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração. Em relação a penalidade leve não apresentou recurso, conforme notificado às fls.59.

A recorrente firmou TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 332/2009:

Inconformada com a decisão de manutenção de multa, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- que o Município cumpriu parcialmente o termo, tendo adquirido terreno para ampliar a área de disposição final de resíduos sólidos, realizando abertura de valas e a compactação e recobrimento do lixo com terra;
- tem realizado várias ações no intuito de minimizar os impactos ambientais, sociais e a saúde da população dentre outros, o diagnóstico de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos e estudos para formação de associação de catadores visando fortalecer suas atividades;
- o Município fez de tudo para cumprir o termo inclusive tentou recursos junto à União e não pode ser considerado como descumprido, pois cumpriu parcialmente o termo;
- requer a prorrogação do termo e/ou não sendo possível o parcelamento do débito.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito as decisões da FEAM e da Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM que culminaram na aplicação de multas, posteriormente, analisada e mantida a penalidade de multa pela Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 04/11/2004, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 332/2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e do TAC firmado pelo Município.

O argumento que sustenta o recurso é a falta de recursos financeiros do Município e que foi cumprido parcialmente o termo.


Com relação a solicitação de prorrogação do termo vencido e descumprido não existe previsão legal que ampare o pedido pleiteado pelo recorrente.

Consta dos autos a notificação do descumprimento do termo e a incidência da multa diária aplicada.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRA, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com a conseqüente manutenção da multa de R\$10.001,00, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer. *s,m,j.*


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9